



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação em  
Saúde Coletiva  
Brasil

de Sousa Campos, Gastão Wagner  
Há pedras no meio do caminho do SUS!  
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 12, núm. 2, março-abril, 2007, pp. 298-299  
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva  
Rio de Janeiro, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63012201>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

## Há pedras no meio do caminho do SUS!

Fui convidado para organizar um número temático sobre o Sistema Único de Saúde. Senti-me agradecido e honrado. A eleição do assunto é oportuna, pois, de fato, precisamos repensar o SUS também sob uma ótica objetiva, sistemática e científica. Que nossos desejos e utopias não sirvam como venda a ocultar o óbvio: há pedras no meio do caminho!

Por isso, é importante este número temático que tem objetivo de atualizar e difundir diferentes interpretações sobre o SUS. Ele focaliza o SUS na prática, suas realizações e limites e busca contextualizar seus problemas no marco histórico das políticas sociais brasileiras.

Vivemos em uma época em que há imensos obstáculos estruturais (pedras) à construção do bem-estar social. Talvez essa seja a marca que irá caracterizar no futuro esse nosso tempo: a incapacidade, apesar da produção exponencial de riqueza, de assegurar bem-estar às pessoas. As políticas públicas estão em crise, são consideradas fora de moda. Construiu-se um discurso bastante difundido, repetido como um cantochnão sinistro, sobre a quase auto-suficiência do mercado. E essa é uma pedra no caminho do SUS.

O SUS é um sistema público, descentralizado e com gestão participativa, mas é integrado por uma rede intricada de serviços e de servidores públicos, ainda que bastante penetrada por componentes da sociedade civil: conselheiros, prestadores, organizações não governamentais, opinião pública, etc. Boa parte das sugestões sobre como organizar e gerir esse sistema parte do discurso único – em decorrência, é pobre e reduzido – de construir “agenda”, “regulação” e “avaliação”, na suposição de que com esses conceitos estaria dada a boa “governança”. Infelizmente, esses termos tecnocráticos não dão conta da gestão de um sistema público, não privatizado, ainda que com interações importantes com entidades privadas. Faltam-nos elementos para a tarefa concreta de planejar e gerir diretamente uma rede complexa, falta-nos política de pessoal, falta-nos incorporar avaliação à gestão e falta-nos subordinar a avaliação aos objetivos e metas do sistema.

Falta um mundo de coisas! Falta pensar outra estrutura administrativa para o SUS: continuar a reforma política para dentro do Sistema, criar uma nova legislação sobre suas organizações e sobre o modo como poderiam se relacionar. Há o obstáculo do financiamento, há projetos pelo meio do caminho, mas, sobretudo, há, creio, uma falha entre nós, atores sociais, usuários, governantes e sujeitos ou vítimas desse processo: no fundo, no duro da batata, não pensamos e agimos como se o SUS fosse nosso espaço vital encarregado de co-produzir saúde. A classe média e as empresas fogem pela saúde suplementar; os governantes, para programas focais; a mídia, raramente nomeia o SUS: fala em fila, hospitais, entretanto ignora o sistema, sequer menciona o controle social e a gestão participativa; os pesquisadores são segmentados e empurrados para temas da moda: governança, avaliação, integralidade, promoção, humanização. Raramente logramos realizar alguma “meta-análise” que articule alhos com bugalhos.

Mesmo assim, há esse número da revista *Ciência & Saúde Coletiva*, houve o XII Congresso de Saúde Coletiva e está havendo a “refundação” do CEBES. Pedras e obstáculos no meio do caminho são para serem contornados ou destruídos, desde que se almeje seguir pela trilha da não-violência, da solidariedade, da defesa da vida e do planeta.

Gastão Wagner de Sousa Campos

*Editor convidado*